

O contextualismo é enunciável?

Michael Williams
Universidade Johns Hopkins
Email: mwilliams@jhu.edu

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA – campus Breves)
Email: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP)
Email: plinio.smith@gmail.com

Contextualismo: a ideia básica

Robert Fogelin argumenta que a resposta contextualista de David Lewis ao ceticismo não pode ser coerentemente enunciada.¹ Ele está certo? Se sim, ele está certo somente sobre Lewis? Ou ele apontou um problema para o contextualismo em geral?

A ideia básica da resposta contextualista ao ceticismo é que as condições de avaliação para atribuição de conhecimento estão sujeitas a variação. A compreensão do que está em debate aqui pode ser adquirida a partir da comparação entre o contextualismo e a concepção “uniformitária” de conhecimento incorporada pelo fundacionismo tradicional. A epistemologia fundacionista tradicional identifica um estrato privilegiado de crenças básicas confiáveis intrinsecamente. Para contar como conhecimento, uma crença deve, nessa ocasião, ser básica ou suportada adequadamente por uma crença básica, não importa qual seja a crença ou a circunstância em que é mantida.

Notoriamente, essa concepção de conhecimento e justificação atrai o ceticismo. Tudo que o cético precisa fazer é formular uma hipótese que está em desacordo extremo com nossas crenças ordinárias, mas capaz de acomodar a mesma gama de evidências básicas. O gênio maligno de Descartes e o experimento contemporâneo do cérebro na cuba são exemplos bem conhecidos de tais hipóteses.

¹ Robert Fogelin, “Contextualismo e externismo: trocando uma forma de ceticismo por outra”, artigo apresentado na conferência Sofia, Oviedo 1998 [NT: a segunda referência é à tradução encontrada neste número]. Referência indicada no texto por “CE” e o número da página. Fogelin examina a visão desenvolvida por David Lewis em “Conhecimento esquivo”, *Australian Journal of Philosophy*, vol. 74, nº 4 (1996). Referência indicada por “EK” e o número da página para esse artigo.

O contextualista acha que o ceticismo pode ser contornado pela rejeição do uniformitarismo. Atribuições de conhecimento, eles afirmam, podem ser corretas a respeito das crenças “ordinárias” ou em circunstâncias “ordinárias”, mas incorretas em circunstâncias extraordinárias criadas pela epistemologia tradicional. O conhecimento que nós possuímos ordinariamente pode ser minado por nos projetarmos para dentro do contexto extraordinário da teorização epistemológica. Assim, o conhecimento - embora não seja impossível, como os céticos afirmam - pode estar sujeito a certa instabilidade: Lewis diz “esquivando-se”.

Se isso é convincente ou não, no fim das contas parece como uma linha coerente a seguir. Se Lewis incorre em incoerência deve ser porque ele se embaraça com alguma das características especiais do contextualismo.

O contextualismo de Lewis

Embora todos os contextualistas aceitem o que eu chamei de “ideia básica”, eles discordam sobre quase todo o resto. Pontos de contenção incluem a natureza do conhecimento, o caráter da variação contextual pela qual as condições para atribuição de conhecimento estão sujeitas, os fatores capazes de efetuar a mudança de um contexto epistêmico para outro e o caráter especial do contexto criado por “fazer epistemologia”.

Lewis aceita uma posição distinta para cada um desses assuntos. Considerando uma possibilidade em que uma proposição *P* é falsa, um “revogador” para o conhecimento de que *S* que *P*: Lewis, então, mantém:

(L1) O conhecimento não tem conexão essencial com a justificação. O conhecimento é simplesmente crença infalível: a crença formada sobre a base da evidência que exclui todo revogador (“evidência” para Lewis não precisa implicar uma habilidade de justificar).

(L2) O que conta como “todo” revogador muda com o contexto. O critério para “infabilidade”, então, também muda: eles são mais acentuados em alguns contextos do que em outros.

(L3) Para efetuar uma mudança de contexto epistêmico com respeito ao conhecimento de que *S* sabe que *P*, é suficiente que *S* torne-se previamente consciente de um revogador ignorado.

(L4) A característica essencial do “fazer epistemologia” é a de admitir nenhuma restrição sobre o alcance de revogadores comumente aceitos.

Isso é uma versão muito especial de contextualismo. Alguém poderia aceitar as ideias básicas do contextualismo e rejeitar cada uma das teses oferecidas acima.

Contextualismo não é ceticismo

Lewis oferece várias regras que governam a forma que o alcance de revogadores relevantes mudam com o contexto. (L3) é garantida pela “Regra da atenção” que declara que “uma possibilidade não ignorada absolutamente é *ipso facto* não adequadamente ignorada” (EK, 559). Agora, quando fazemos epistemologia, nós “deixamos nossas fantasias à solta” (L4). Dado (L3), estamos automaticamente projetados para dentro de um contexto que está inundado em revogadores não excluídos. Via (L1), a epistemologia destrói o conhecimento. Mas somente temporariamente. Quando retornamos para buscas mais ordinárias, (L2) nos permite critérios menos rigorosos para voltar ao jogo.

Se o conhecimento é ou não é tão esquivo quanto Lewis supõe, é difícil ver o porquê admitir o esquivar-se deveria ser pensado como uma concessão ao ceticismo. O ceticismo diz respeito a impossibilidade do conhecimento, não sua instabilidade. De fato, o contextualismo sugere um diagnóstico interessante a respeito do ceticismo. O cético observa que o conhecimento é impossível no contexto da reflexão epistemológica; e associa isso com a descoberta, no contexto da reflexão epistemológica, que o conhecimento é impossível em geral.

É claro, o cético (ou o epistemólogo tradicional) pode resistir a esse diagnóstico. Ao nos projetar para dentro do contexto da reflexão epistemológica, ele pode afirmar que mudamos os critérios para conhecer. Ao invés disso, colocamos em foco critérios que estão sempre operando mas ordinariamente ignorados (por “propósitos práticos”). Do ponto de vista contextualista, no entanto, essa réplica somente ilustra a conexão estreita entre o ceticismo e o uniformitarismo (ou o que eu chamei em outro lugar de “realismo epistemológico”). Não é um argumento para uniformitarismo e contra o contextualismo.

Uma vez que Fogelin também aceita uma versão de instabilidade - “a fragilidade do conhecimento”, é especialmente difícil ver porque *ele* deveria acusar o contextualismo de sucumbir ao ceticismo. De fato, eu acho que ao fazer essa acusação ele negligência uma distinção importante, na qual ele mesmo insistiu, entre o

ceticismo filosófico e o ceticismo sobre a filosofia. O ceticismo filosófico é a tese que o conhecimento é impossível. O ceticismo sobre a filosofia diz respeito a viabilidade de executar a tarefa construtiva que a epistemologia tradicional estabelece para si mesma. Como Fogelin explica em seu recente livro, a tarefa é reparar a fragilidade do conhecimento por mostrar como o conhecimento pode sobreviver a indefinida elevação dos critérios de avaliação epistêmica.² Obviamente, Lewis nega que tal coisa pode ser alcançada. Mas Fogelin acha que pode. *Ambos* estão comprometidos com o ceticismo sobre a filosofia.

O contextualismo é enunciável?

Fogelin abdica de se juntar aos contextualistas porque duvida se o contextualismo é coerentemente enunciável. Lewis pretende afirmar que a evidência sobre a qual o conhecimento ordinariamente repousa, embora não seja a prova de balas, é perfeitamente funcional. Verdade, nossa evidência não exclui ordinariamente todos os revogadores, mas não tem que fazê-lo. Ela precisa somente excluir aqueles que importam, o resto sendo propriamente ignorado. No entanto, ao dizer isso Lewis traz o revogador supostamente ignorado para o jogo, implicando que realmente não sabemos as coisas que ele afirma saber. Ele “quer indicar algo importante sobre as possibilidades revogadoras que podem ser adequadamente excluídas, mas ele quer fazer isso sem chamar atenção para elas” (CE, 56/15). Uma situação difícil.

Lewis sugere que uma declaração cuidadosa de sua posição poderia evitar esse problema. Fogelin tem as dúvidas dele. Eu não me importo muito com quem está certo. A origem real dos problemas é a Regra da atenção. Como Lewis a declara, a Regra associa ignorar algo com não estar consciente do mesmo. Isso é simplesmente errado. Se eu ignoro você em uma festa (rudemente ou de maneira hostil), isso não é porque estou inconsciente de sua presença. Ao contrário, tenho que estar consciente de sua presença a fim de ignorá-lo. Isso também ocorre nos assuntos epistêmicos. Eu posso ignorar - isto é, não levar em conta - possibilidades das quais estou totalmente consciente. A questão epistemológica é quando e porque possibilidades podem, conseqüentemente, ser ignoradas *corretamente*. O fato psicológico de notar uma possibilidade não estabelece a questão normativa de se ele *merece ser notado*. Lewis perde esta distinção crucial porque ele quer entender o conhecimento em termos totalmente não

² Robert Fogelin, *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação*, Nova York e Oxford, Oxford University Press, 1994 (Tradução para o português de VILAS BÔAS, I. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFA), 2017).

justificacional - que de fato significa não normativo. Mas o conhecimento tem um status normativo, não um estado psicológico.

Colocando isso à mesa, o que deveríamos fazer com a Regra da atenção? De fato, a Regra estipula que nenhuma possibilidade reconhecida conscientemente pode ser ignorada corretamente. Nenhum contextualista deveria aceitar tal regra. Além disso, a inadequação da Regra aponta para a inadequação da concepção de Lewis do "fazer epistemologia".

Ao explicar a fragilidade do conhecimento, Fogelin nota como novas informações podem nos forçar a reconhecer a existência de revogadores não excluídos que necessitam ser excluídos, se uma afirmação de conhecimento existente é mantida. No entanto, concede que os revogadores - isto é, que sou um cérebro em uma cuba - que surgem tão amplos nas discussões não são como esse. Assim a questão se levanta: por que tais possibilidades "remotas" deveriam *sempre* ser levadas a sério?

Deixe-me indicar muito grosseiramente a direção que eu acho que a resposta deveria ser buscada. A característica chave do revogador "cético" não é que ele sejam *remotos*, mas que eles são *genéricos*. O pensamento que eu poderia ser um cérebro em uma cuba revoga cada afirmação de conhecimento do mundo externo, se revoga alguma. O que dá a tal revogador sua importância é o papel que ele desempenha no projeto filosófico tradicional, o de tentar entender o conhecimento de uma forma excepcionalmente geral. Se pudermos mostrar que há algo errado com esse projeto, nós poderemos mostrar porque não há necessidade de ficar tão preocupada com revogadores genéricos (em *Unnatural doubts* tentei mostrar isso³).

De volta à epistemologia. Se a legitimidade dos revogadores céticos está intimamente ligada com a exigência metodológica de um projeto teórico particular, o contexto de avaliação criado por "fazer epistemologia" envolve mais do que aumentar o que Fogelin chama de "nível de escrutínio". De uma forma concreta, isso envolve mudar o assunto: poderíamos dizer o *ângulo* de escrutínio. Um físico pode levantar o nível de escrutínio indefinidamente ao qual os resultados de um experimento particular estão sujeitos, repetindo o experimento sob condições cada vez mais rigorosamente controladas. Mas se começa questionando se ele é um cérebro em uma cuba, isso não irá inaugurar uma abordagem ainda mais cuidadosa para sua busca: em vez disso, a introdução do revogador genérico mergulha a investigação em um tipo completamente diferente, cuja importância é menos que imediatamente óbvia.

³ Michael Williams, *Unnatural doubts: epistemological realism and the basis of scepticism* (Oxford, Blackwell, 1992); paperback edition, Princeton N.J., Princeton University Press, 1996).

Eu rastreio os problemas com revogadores de Lewis em sua Regra da atenção, revogadores que resultam da sua tendência de minimizar, se não ignorar totalmente, o caráter normativo das atribuições de conhecimento. Uma vez que Fogelin critica Lewis por ignorar o aspecto justificacional do conhecimento, porque ele toma uma linha similar? A resposta é que, independentemente da questão se o conhecimento deveria ser explicado em termos de justificação, ele aceita o elemento chave da imagem de Lewis. Desse modo, ele mantém explicitamente que “o nível de escrutínio pode ser aumentado pela reflexão sozinha” (CE, 48/07), que é a Regra da atenção de Lewis tudo de novo. Além do mais, ele aceita a ideia de Lewis de uma escala única de severidade dos critérios de avaliação epistêmica, uma sequência de “níveis de escrutínio”. Quanto mais nos fazemos conscientes do revogador (e quanto mais “remoto” ele for), mais alto na escala iremos.

Pelos próprios critérios de Fogelin isso não pode estar certo. Fogelin critica Lewis por não reconhecer que o ceticismo tradicional tem a ver com a justificação. Mas se levamos esse ponto em consideração, nós seremos conduzidos imediatamente a distinção entre formas de ceticismo radical e não radical. O ceticismo não radical é o ceticismo sobre o conhecimento minuciosamente concebido: isto é, o conhecimento tomado requer algum tipo de certeza ou infabilidade. O ceticismo não radical, então, admite que muitas d nossas crenças são justificadas - mesmo fortemente justificada - mas nega que eles conhecem o rigoroso requerimento do conhecimento propriamente dito. Por outro lado, o cético radical nega a possibilidade do conhecimento sobre as razões que nada que cremos jamais está justificado, até mesmo no menor degrau. No entanto, embora Fogelin declare estar somando para o ceticismo radical, na medida em que ele registra o ceticismo como a “tendência da filosofia de deixar o mecanismo [...] de aumento de nível de escrutínio ficar hiperbólico” (CE 49/07), ele não tem esperanças de fazer tal coisa. Obviamente, porque ele registra o ceticismo como a tendência dos filósofos de impor critérios muito rigorosos de avaliação epistêmica: isto é, a exigência para certeza.

Para entender e responder a ameaça do ceticismo radical, precisamos abandonar a ideia de uma única escala ascendente de “níveis de escrutínio”, uma ideia que Lewis e Fogelin compartilham. Longe de ser útil para os contextualistas, essa ideia representa um elemento persistente do próprio uniformitarianismo que o contextualismo visa substituir. Removido esse elemento, o contextualismo não implica concessão ao ceticismo, mesmo de uma variedade não radical.